**Dono da Havan, é sonegador de 2,5 bilhões de reais à Receita Federal 13\_06\_2020

Financiador de Fake News, Luciano Hang, o dono da Havan, é um sonegador da Receita Federal. Daí se explica seu terno verde amarelo e sua bolsonarice canina. A Receita Federal descobriu sonegação de contribuição previdenciária por parte da Havan, empresa comandada por Luciano Hang, apoiador do presidente Jair Bolsonaro. O crime é semelhante ao que levou o empresário a ser condenado em segunda instância em 2003. Na ocasião, ele fez um acordo para pagar o que devia e a execução da pena acabou misteriosamente suspensa.

O caso mais recente chegou ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que negou recursos e manteve a autuação. Entre contribuições e multas, a Receita cobra da Havan R$ 1.052.000,00. O processo é de 2013. Em valores corrigidos, o crédito tributário cobrado da empresa alcança R$ 2.486.973,20.

A Havan deixou de declarar e de recolher devidamente a “contribuição previdenciária patronal”, a “contribuição destinada a terceiros” (SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA e FNDE), os “incidentes sobre a rubrica de folha de pagamento aviso prévio indenizado” dos funcionários e até a contribuição empresarial que deveria recolher por patrocínio a time de futebol da cidade. Além disso, entre janeiro e dezembro de 2010, segundo os fiscais, a empresa inseriu na documentação contábil uma compensação de créditos indevidos. A manobra reduziu a contribuição previdenciária patronal incidente sobre a remuneração dos empregados. Isso levou a Receita a apontar suspeita de falsificação de documento, crime previsto no artigo 297 do Código Penal.

Em casos de sonegação, processos são extintos quando a dívida é quitada ou parcelada. A Havan não informou qual providência adotou. Procurada pelo Estadão, a Receita Federal destacou que não comenta casos ou decisões que envolvem contribuintes específicos. A posição do MPF foi acolhida pela Justiça Federal em Santa Catarina no último dia 5 de março. O empresário fez uso de práticas ilegais com o claro objetivo d burlar a legislação.Uma denúncia antiga do MPF sustentou que o empresário fazia um "pagamento por fora" de salários e remunerações de seus funcionários da matriz e da filial de Curitiba. Havia duas folhas. Em uma era lançada a remuneração fictícia, menor. Na outra, os salários realmente pagos. Todas as verbas remuneratórias eram calculadas com base em valores inferiores aos realmente recebidos.

Hang foi condenado a três anos, 11 meses e 15 dias de pena privativa de liberdade, além de multa. A punição foi generosamente substituída por prestação de serviços comunitários e pagamento de dez salários mínimos mensais durante o período da condenação. Ou seja, literalmente Hang compou sua liberdade.**